Opinião

Nova imposição

Promessas não pagam dívidas diz a sabedoria popular. E o governo do presidente Fernando Collor de Mello esperou meses para se convencer de que o seu plano de estabilização econômica — aquele que baixaria a inflação a patamares inferiores a 10% ao mês — estava encurralado no círculo vicioso das promessas sem substância, dissociadas da realidade.

A equipe governamental do setor econômico, ao lançar o Plano I, vestiu o terno da arrogância, desembainhou o sabre da agressão verbal para espancar a classe política, dirigentes empresariais e dos sindicatos dos trabalhadores, não quis conversar nem negociar saídaspara os pontos falhos do projeto constantados no meio do caminho. A somatória de tanto orgulho resultou no isolamento.

A partir de agosto do ano passado, o que se viu foi a inflação recrudescer, enquanto oa áulicos palacianos insistiam em rodar o disco do tudo segue conforme o planejado, a inflação vai baixar, a economia encontrará o seu eixo e a sociedade como um todo se beneficiará da estabilidade econômica. Em outubro, a ministra Zélia Cardoso de Mello previu que em janeiro a inflação estaria domada, registrando índice inferior a dois dígitos. Janeiro chegou e a taxa inflacionária bateu o recorde do governo Collor, superando a faixa dos 20%.

Aí não teve jeito. A solução foi editar um novo pacotaço, que congela os salários pela média dos últimos 12 meses — baixa, portanto — e os preços no pico, alavancados pelo reajuste de tarifas públicas (combustível, gás de cozinha, telefone, água, luz). É fácil imaginar o que o presidente Collor deve ter dito aos assessores na última reunião ministerial. Certamente cobrou, em tom áspero e de advertência, resultados melhores dos até aqui apresentados, pois estes, apesar das explicações verborrágicas dos assessores, conduziam o governo à desmoralização completa.

Os planos, assim como as frases, sempre podem ser melhorados. Não são perfeitos, como nada é perfeito. As possibilidades de alcançarem sucesso, contudo, aumentam quando os desvios, depois de detectados, sofrem correção imediata. E essas correções, em se tratando dos projetos destinados à coletividade, devem ser adotadas em diálogo com a sociedade. Não há outra forma.

Voltamos a dizer, como o fizemos por ocasião do Plano Collor I, não existe projeto econômico que dê certo se lhe faltar o respaldo da população, dos agentes sociais. Era preciso dar um basta na escalada inflacionária? Era. E qual a melhor fórmula de se alcançar este objetivo? Através do entendimento entre os agentes sociais, parece objetivo? Através do entendimento entre os agentes sociais, parece-nos evidente.

Mas para que esse entendimento surta efeito, um aspecto é fundamental: cada segmento envolvido no acordo não pode, sob hipótese alguma, deixar de cumprir o que foi acertado previamente. E aí identificamos a primeira falha do Plano Collor II: ele não surgiu como resultado de um entendimento. É mais uma imposição, entre tantas já ocorridas neste país, do Executivo.

De qualquer sorte, cabe-nos desejar que o plano chegue a porto seguro, mobilizando empresários, trabalhadores, autoridades e instituições num esforço conjunto de ministrar corretamente mais esse remédio — tomara que não seja um placebo (substância inócua, de efeito psicológico, para acalmar o doente) — contra a crise brasileira.

Quem impõe deve tomar as medidas necessárias para que a imposição se cumpra. Nesse caso, esperamos que os infratores sejam punidos exemplarmente. A população deve ter a seu alcance canais apropriados para escoar a lama das irreguiaridades. Denunciar desvios simplesmente por denunciar, sem que nada aconteça, é fazer papel de bobo. Custa-nos acreditar que as diversas instâncias governamentais se predisponham a transferir o ônus da fiscalização exclusivamente às costas da população. Se é para ser assim, melhor que nem tivessem editado o novo pacotaço.

Entendimento

Depois de ler a afirmação da ministra Zélia Cardoso de Mello de que o fracasso do novo plano trazia o risco de hiperinflação, um importante empresário paulista ironizou: "Acho que prefiro a hiperinflação com outro ministério". Por trás dessa brincadeira, dita em tom indisfarçavelmente irritado, detecta-se com extatidão o clima no empresariado, mostrando as dificuldades de administração do Plano Collor 2.

A própria ministra acredita que impera a irritação dos formadores de preço e incompreensão dos "formadores de opinião", muitos dos quais apostariam na crise ou na derrocada do governo. "Muita gente torce a favor da inflação porque não gosta do governo, o que é, no mínimo, obtuso", afirma Zélia Cardoso de Mello. E nisso ela tem razão: há quem confunda os interesses do governo com os do país.

Os empresários têm, entretanto, motivos para aborrecimentos. Em primeiro lugar, são tratados como delinquentes, como se o lucro fosse crime comparável ao estelionato, apontados como os responsáveis pela crise — tudo isso pela sua inexcedível ganância impatriota. Mas o empresário que não busca aumentar seus lucros não é empresário. Se é errado ou certo, trata-se de outra questão, mas, goste-se ou não, assim funciona a economia de mercado pregada pelo presidente Collor.

Mas a ministra também tem razão ao aborrecer-se com o aumento de preços. Eles inviabilizam a estabilidade da moeda, retardam o crescimento e, portanto, a distribuição de renda. Quando o "Brasil Novo" tomou o poder, os oligopólios e cartéis já estavam aí, e foram os economistas oficiais que decidiram liberar os preços. A reclamação é tardia, como se vê.

Entre as leis da economia de mercado e a racionalidade de um acordo político para evitar a catástrofe anunciada pela ministra há, porém, margem de entendimento. Desde que haja bom senso e vontade — algo que, por ora, não está ocorrendo.

Gilberto Dimenstein, jornalista.

Carta do Leitor

AGRADECIMENTO

Após as novenas e a festa de nossa amada padroeira Sra da Piedade, resta-nos agradecer a colaboração preciosa de todos. Vimos através da Folha de Campo Largo, que gentilmente nos cedeu o espaço, em nome do pároco Pe. Antonio Zapchon, Pe. Eugenio Pacelli Martins de Oliveira e em nome da comunidade agradecer ao Dr. Affonso Portugal Guimarães M. D. prefeito, que, atendendo ao nosso pedido, ofertou-nos com muito júbilo e alegria os fogos de artifício para que a última novena tivesse maior brilho. Esses fogos encheram o céu de estrelas, cobrindo os fiéis como se fossem lágrimas de alegria e esperança, espargindo e ecoando em nossa cidade, dando assim início à grande procissão para a Capela da comunidade de Santo Antonio.

Em seguida, o povo, rezando e cantando com entusiasmo, amor, fé e alegria de viver e acompanhar a Virgem Mãe da Piedade. Chegando à Capela de Santo Antonio, outra chuva de estrelas caindo e dando aquele espetáculo em homenagem aos 150 anos de paróquia.

Muito obrigado Dr. Affonso. Que Deus e Nossa Mãe da Piedade lhe dê forças para conduzir os destinos de nossa querida Campo Largo.

Agradecemos também ao Professor César Barros, Mui digno Secretário do Departamento de Cultura e Esportes, pela presença da Banda Municipal e o Hasteamento das Bandeiras, acompanhado do Hino Nacional. A Banda Municipal, desde o término da Santa Missa até o final da tarde fez com que o povo se deliciasse ouvindo suas músicas. Nossos parabéns a ela e também ao grupo musical gauchesco "Os Herdeiros da Tradição".

Agradecemos também a ajuda do Sr. Vinícius Ferreira, assessor do prefeito. À Cocel que, atendendo ao nosso pedido, deixou permanecer a iluminação da igreja até o dia da festa. Muito obrigado ao Sr. Emigdio Stoco e toda a sua equipe que também colaboraram na queima dos fogos.

Aos responsáveis pela Folha de Campo Largo, Luz Marina Leon Bordes e Inácio Panzani que sempre estão prontos a nos ajudar e colaborar no que quer que seja necessário para nossa paróquia. Obrigado de todo o coração.

O pároco Pe. Antonio Zapchon e Eugênio P. M. de Oliveira agradecem a cada um dos fiéis que contribuiu com um tijolinho que o Criador nos emprestou generosamente, para construirmos o edifício de nossa felicidade.

Deus faz o diário de nossa vida: a mão divina escreve o que fizemos e o que omitimos, história que um dia será apresentada a todo o universo. Procuremos, pois, fazê-la bem.

Helena D. Sávio

Alça de Mira

Efeitos do PC 2

De acordo com avaliação de especialistas na área econômica, podem ser identificados claramente os ganhadores e perdedores com o Plano Collor 2. Os ganhadores seriam o governo (ganhos de tarifas e na arrecadação de impostos), grandes empresas (conseguiram correr à frente da inflação do ano passado), bancos (monetização da economia aumenta o ganho sobre depósitos à vista), comércio (aumento do consumo ajuda a reduzir estoques) e exportadores (ganhos com o câmbio livre e a recessão doméstica).

Os perdedores seriam os trabalhadores (salário congelado na média, preços e tarifas no pico), empresas produtivas (juros reais e tarifas vão subir, produção cai), consumidores (por corte de custos, qualidade dos produtos cai), poupadores (nem todos recebem inflação integral até fevereiro) e outros aplicadores (o fim do over aumenta os riscos).

Até quando?

Somente quando a inflação mostrar sinais de queda e se estabilizar em patamares baixos é que a equipe econômica do governo planeja iniciar o descongelamento dos preços. A informação é de Edgard Pereira, secretário nacional de Economia, que vê a inflação como a principal causa da desesperança da sociedade brasileira. Mas o descongelamento não será total. O governo já sinalizou que em alguns setores continuará por tempo indeterminado.

Dois meses

Na opinião de Antônio Ermírio de Moraes (superintendente do Grupo Votorantim), o Plano Collor 2 vai durar dois meses. Se o congelamento for mantido durante dois ou três meses, as empresas com preços defasados "estarão em abril exauridas ao máximo", complementou.

Contra abusos

O governo baixará decreto que aumenta as punições previstas na legislação para o abuso de poder econômico, tendo em vista o controle do congelamento de preços. As irregularidades vão ser punidas com base nas leis delegada nº 4, da economia popular, de defesa da concorrência e na antitruste. Esta última, por exemplo, prevê prisão de 3 a 5 anos para os administradores das empresas acusadas de irregularidades. As fiscalizações serão feitas em conjunto pela Polícia Federal, Sunab, órgãos de defesa do consumidor e Polícia Militar.

Abastecimento

O presidente da Associação Brasileira de Supermercados, Artur Sendas, garantiu que não haverá problemas de abastecimento nos supermercados durante o Plano Collor 2. "O mercado está plenamente abastecido e os preços congelados estão no nível adequado, salvo um ou outro artigo", disse Sendas, sem querer nominar as áreas onde existem problemas. Assegurou que os supermercados vão manter os preços congelados.

Loucura

Economista e diplomata, deputado federal pelo PDS do Rio de Janeiro, ex-senador e ex-ministro do Planejamento no governo Castello Branco, Roberto Campos é tido como uma das maiores autoridades brasileiras na área da economia. Defensor intransigente do liberalismo, não poupa críticas ao Plano Collor 2.

Segundo Roberto Campos, "o congelamento, além de violar o princípio constitucional da livre iniciativa, é tecnicamente incompatível com o tarifaço e aumento de salários. Algumas empresas criaram gorduras preventivas nos preços de dezembro e janeiro — provando-se, por isso, apenas prudentes e não impatrióticas. Mas quais e quantas? É o quinto congelamento em cinco anos, o que prova que temos incapacidade de aprender ou que sofremos a fascinação do fracasso. É o quinto filho do dirigismo, valendo a propósito a piada de um demógrafo inglês, fanático do controle de natalidade: o primeiro filho é amor, o segundo é hábito, o terceiro distração, o quarto safadeza e o quinto, loucura."

Presente grego

"É um presente de grego, ou um carro sem rodas. Se Collor, Magri, Zélia, Kandir e Eris pensam que somos idiotas estão enganados. Não somos". O protesto é do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, criticando a unificação das datas-base em janeiro e julho feita pelo Plano Collor 2. Segundo Meneguelli, julho é ruim e janeiro pior ainda. "Janeiro é o pior mês que existe para negociação salarial, porque a economia entra em declínio", disse o dirigente sindical.

FOTO POSITIVO
FONE: 292-3848
Rua Gonçalves Dias, 1127

EXPEDIENTE
FOLHA DE CAMPO LARGO

Diretor-presidente: Germano de Oliveira

Editor: Inácio Alfonsin Panzani

Diretora de Redação: Luz Marina Leon Bordes

Comércio de Artes Gráficas Idéias Novas Ltda. Rua XV de Novembro, 2190 Galeria Virgínia, loja 107 Telefone (041) 392-1331 Campo Largo - Paraná

Composição e past-up: Comércio de Artes Gráficas Idéias Novas Ltda

Fotolito e impressão: Jornal Indústria & Comércio

Rua Comendador Araújo, 26 Telefone (041) 224-7011

Frases

"Houve vários congelamentos que deram errado. Mas vamos provar que vai dar resultado e, aos poucos, ir ganhando a confiança". **(Zélia Cardoso de Mello, ministra da Economia).**

●●●

"Aumentar o petróleo em 46,8%, a energia elétrica em 59,5%, e as tarifas telefônicas em 58,7% e esperar que os agentes econômicos não procurem, nos meses seguintes, repassar esses aumentos de custos para os preços é irrealista". **(Luiz Carlos Bresser Pereira, empresário).**

●●●

"Por que cometer erros antigos, se há tantos erros novos a ,escolher". **(Bertrand Russel).**

ÓTICA BRASÍLIA
de
OSNI TABORDA
& Cia Ltda
- Armações e lentes em geral
- Óculos de sol
- Consertos e soldas
- Laboratório próprio
- Pontualidade na entrega
- Melhor atendimento
- E o melhor preço
RUA D. PEDRO II, 1575
FONE 292-3487

LEUDA
A CONFIABILIDADE DA SUA CONSTRUÇÃO COMEÇA AQUI
Desafiamos qualquer preço.
Tele vendas 292-1556
Confiança
Seriedade
Melhor atendimento
Preço mais baixo
Entrega mais rápida
Aproveite você também estas vantagens!
RODOVIA DO CAFÉ, KM 22 - Nº 2500
FONE 292-1556

Geral

Veja qual vai ser o seu salário este mês com as novas medidas econômicas

Salário de	Pago no dia	Valor em Cr$	Multiplique por	Salário atualizado
Fevereiro	06/03,90	10.000,00	5.2094	52.094,00
Março	06/04/90	17.278,00	3.7711	65.157,06
Abril	07/05/90	17.278,00	3.4784	60.099,79
Maio	06/06/90	17.278,00	3.1669	54.717,69
Junho	06/07/90	17.278,00	2.8100	48.551,18
Julho	06/08/90	40.000,00	2.5056	100.224,00
Agosto	06/09/90	40.000,00	2.2160	88.640,00
Setembro	05/10/90	40.000,00	1.9471	77.884,00
Outubro	07/11/90	53.688,00	1.6597	89.105,97
Novembro	06/12/90	53.688,00	1.4090	75.646,39
Dezembro	07/01/91	53.688,00	1.1662	62.610,94
Janeiro	06/02/91	53.688,00	1.0000	53.688,00

Soma dos salários atualizados: Cr$ 828.419,02

Divisão por 12: Cr$ 69.034,91

Salário de fevereiro: Cr$ 69.034,91

Reajuste sobre janeiro: 28,58%

Para fazer o cálculo do reajuste salarial deste mês (fevereiro), pegue os contracheques de seus salários desde fevereiro do ano passado. Considere os adiantamentos e os dias em que o dinheiro foi efetivamente pago pela empresa, mês a mês, até janeiro ou início de fevereiro de 1991. Cada parcela de salário recebida deve ser multiplicada pelos fatores de atualização que constam da tabela abaixo, divulgada pelo governo. Depois, divida por 12 a soma dos salários atualizados pela tabela. O resultado da divisão é o salário deste mês.

A tabela acima traz a simulação de reajuste para trabalhadores de uma empresa que paga o salário integral no quinto dia útil de cada mês, ou na sexta-feira caso o quinto dia útil caia num sábado e a empresa não funcione aos sábados. Esta empresa hipotética concedeu antecipações salariais de 131,50% em julho e 34,22% em outubro.

De acordo com o exemplo, os trabalhadores receberam Cr$ 10.000,00 em fevereiro de 1990. Multiplicando-se os Cr$ 10.000,00 pelo fator de atualização de 5.2094, correspondente ao dia 6 de março (quinto dia útil do mês seguinte, quando recebeu o salário como determina a lei), obteve-se o salário atualizado de Cr$ 52.094,00.

O mesmo foi feito com os demais salários recebidos. Em março, o salário foi de Cr$ 17.278,00 (reajuste de Cr$ 7.278,00 correspondente a 72,78% da inflação de fevereiro de 1990), índice de atualização de 3.7711 (correspondente a 6 de abril, quinto dia útil) e salário atualizado de Cr$ 65.157,06. Em abril, o salário foi Cr$ 17.278,00, não houve antecipação, atualização de 3.4784 (7 de maio) e o salário atualizado de Cr$ 60.099,79.

Em maio, salário de Cr$ 17.278,00, nenhuma antecipação, fator de atualização 3.1669 (6 de junho) e o salário atualizado de Cr$ 54.717,69. Em junho, salário recebido de Cr$ 17.278,00, nenhuma antecipação, fator de atualização 2.8100 (6 de julho), salário atualizado de Cr$ 48.551,18. Em julho, salário de Cr$ 40.000,00, antecipação de 131,50%, fator de atualização 2.5056 (6 de agosto), salário atualizado de Cr$ 100.224,00.

Em agosto, salário de Cr$ 40.000,00, nenhuma antecipação, fator de atualização 2.2160 (6 de setembro), salário atualizado de Cr$ 88.640,00. Em setembro, salário de Cr$ 40.000,00, nenhuma antecipação, fator de atualização 1.9471 (5 de outubro), salário atualizado de Cr$ 77.884,00. Em outubro, salário de Cr$ 53.688,00, antecipação de 34,22%, fator de atualização 1.6597 (7 de novembro), salário atualizado de Cr$ 89.105,97.

Em novembro, salário de Cr$ 53.688,00, nenhuma antecipação, fator de atualização 1.4090 (6 de dezembro), salário atualizado de Cr$ 75.646,39. Em dezembro, salário de Cr$ 53.688,00 nenhuma antecipação, fator de atualização 1.1662 (7 de janeiro), salário atualizado de Cr$ 62.610,94. Janeiro: salário de Cr$ 53.688,00.

A soma dos salários atualizados pela tabela do governo deu Cr$ 828.419,02. Dividindo-se este valor por 12, chega-se a Cr$ 69.034,91, que deveria ser o salário deste mês. Neste caso, os trabalhadores desta hipotética empresa teriam reajuste de 28,58% este mês.

A recomposição dos salários pelo valor médio dos últimos 12 meses, instituída pelo Plano Collor 2, não garante reajuste para todas as categorias profissionais. Tudo depende da evolução do salário no período. Há casos em que o salário vai subir 40%; outros não terão qualquer reajuste, porque o salário já está acima da média real. Numa situação extrema, de alguém que está com o salário congelado desde o Plano Collor 1, em março de 1990, o reajuste agora ficaria em torno de 140%.

Segundo técnicos do Ministério da Economia, se um trabalhador foi contratado depois de fevereiro de 1990 e não completou, portanto, um ano na empresa, poderá ter o mesmo reajuste dos demais. Também é permitido que aumentos por promoção concedidos nos últimos 12 meses — o que elevaria a média real do salário — sejam compensados no acerto salarial do empregado este mês.

Dia	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev
1	10.1927	5.5299	3.8190	3.5404	3.2317	2.8620	2.5546	2.2656	1.9838	1.7164	1.4509	1.2100	1.0000
2	9.9725	5.4642	3.8094	3.5300	3.2187	2.8515	2.5448	2.2555	1.9746	1.7068	1.4424	1.2026	1.0000
3	9.7571	5.3994	3.7997	3.5196	3.2057	2.8411	2.5349	2.2456	1.9654	1.6973	1.4340	1.1952	1.0000
4	9.5463	5.3353	3.7902	3.5092	3.1927	2.8307	2.5251	2.2357	1.9562	1.6878	1.4256	1.1879	1.0000
5	9.3401	5.2720	3.7806	3.4989	3.1798	2.8203	2.5154	2.2258	1.9471	1.6784	1.4173	1.1806	1.0000
6	9.1383	5.2094	3.7711	3.4887	3.1669	2.8100	2.5056	2.2160	1.9381	1.6690	1.4090	1.1734	1.0000
7	8.9409	5.1475	3.7616	3.4784	3.1541	2.7997	2.4959	2.2062	1.9290	1.6597	1.4008	1.1662	1.0000
8	8.7477	5.0864	3.7521	3.4682	3.1414	2.7895	2.4863	2.1964	1.9200	1.6504	1.3926	1.1590	1.0000
9	8.5588	5.0261	3.7426	3.4580	3.1287	2.7793	2.4767	2.1867	1.9111	1.6412	1.3845	1.1519	1.0000
10	8.3739	4.9664	3.7332	3.4478	3.1160	2.7691	2.4671	2.1771	1.9022	1.6320	1.3764	1.1449	1.0000
11	8.1930	4.9074	3.7238	3.4377	3.1034	2.7590	2.4576	2.1675	1.8933	1.6229	1.3684	1.1378	1.0000
12	8.0160	4.8492	3.7144	3.4276	3.0909	2.7489	2.4481	2.1579	1.8845	1.6139	1.3604	1.1309	1.0000
13	7.8428	4.7916	3.7050	3.4175	3.0784	2.7388	2.4386	2.1484	1.8757	1.6048	1.3524	1.1239	1.0000
14	7.6734	4.7348	3.6956	3.4075	3.0660	2.7288	2.4292	2.1389	1.8670	1.5959	1.3445	1.1170	1.0000
15	7.5076	4.6785	3.6863	3.3975	3.0536	2.7188	2.4198	2.1294	1.8583	1.5870	1.3367	1.1102	1.0000
16	7.3454	4.6230	3.6770	3.3875	3.0412	2.7089	2.4104	2.1200	1.8496	1.5781	1.3289	1.1034	1.0000
17	7.1868	4.5681	3.6678	3.3776	3.0289	2.6990	2.4011	2.1107	1.8410	1.5693	1.3211	1.0966	1.0000
18	7.0315	4.5139	3.6585	3.3676	3.0167	2.6891	2.3918	2.1013	1.8324	1.5605	1.3134	1.0899	1.0000
19	6.8796	4.4603	3.6493	3.3577	3.0045	2.6793	2.3826	2.0921	1.8239	1.5518	1.3057	1.0832	1.0000
20	6.7310	4.4074	3.6401	3.3479	2.9924	2.6695	2.3724	2.0828	1.8154	1.5431	1.2981	1.0766	1.0000
21	6.5856	4.3551	3.6309	3.3380	2.9803	2.6597	2.3642	2.0736	1.8069	1.5345	1.2905	1.0700	1.0000
22	6.4433	4.3034	3.6217	3.3282	2.9682	2.6500	2.3550	2.0645	1.7985	1.5259	1.2830	1.0634	1.0000
23	6.3041	4.2523	3.6126	3.3184	2.9562	2.6403	2.3459	2.0554	1.7901	1.5174	1.2755	1.0569	1.0000
24	6.1679	4.2018	3.6035	3.3087	2.9443	2.6306	2.3369	2.0463	1.7818	1.5089	1.2680	1.0504	1.0000
25	6.0347	4.1519	3.5944	3.2990	2.9324	2.6210	2.3278	2.0372	1.7735	1.5005	1.2606	1.0440	1.0000
26	5.9043	4.1026	3.5853	3.2893	2.9205	2.6114	2.3188	2.0282	1.7652	1.4921	1.2533	1.0376	1.0000
27	5.7768	4.0539	3.5763	3.2796	2.9087	2.6019	2.3099	2.0193	1.7570	1.4838	1.2460	1.0312	1.0000
28	5.6520	4.0058	3.5673	3.2700	2.8969	2.5924	2.3009	2.0104	1.7488	1.4755	1.2387	1.0249	1.0000
29		3.9583	3.5583	3.2604	2.8852	2.5829	2.2920	2.0015	1.7406	1.4673	1.2314	1.0186	
30		3.9113	3.5493	3.2502	2.8736	2.5734	2.2832	1.9926	1.7325	1.4591	1.2243	1.0124	
31		3.8649		3.2412		2.5640	2.2743		1.7245		1.2171	1.0062	

Tablita serve para calcular dívidas

1	1.0000
2	1.0116
3	1.0116
4	1.0116
5	1.0233
6	1.0352
7	1.0472
8	1.0594
9	1.0716
10	1.0716
11	1.0716
12	1.0716
13	1.0716
14	1.0841
15	1.0967
16	1.1094
17	1.1094
18	1.1094
19	1.1222
20	1.1353
21	1.1484
22	1.1682
23	1.1752
24	1.1752
25	1.1752
26	1.1889
27	-1.2027
28	1.2166

O governo federal lançou também uma tablita para ser aplicada somente em pagamentos de dívidas vencidas a partir do dia 2 deste mês. A aplicação vale para dívidas de 1º de setembro de 1990 a 31 de janeiro último — 1º de fevereiro fica de fora por ter sido feriado bancário. Basta dividir o valor a ser pago pelo fator de deflação do dia do vencimento da dívida. O resultado é o saldo a ser pago.

Os fatores de deflação têm o objetivo de descontar a estimativa de inflação nos financiamentos prefixados. No caso de o débito vencer sábado ou domingo, deve-se utilizar o fator de deflação da segunda-feira seguinte para calcular o valor a ser pago. Se for em feriado, vale o fator do primeiro dia útill após o vencimento.

A tablita pode ser aplicada no pagamento de cartão de crédito, prestações de financiamento e operações realizadas em mercados a termo e de opções das Bolsas de Valores, Mercadorias e de Futuros. A tablita não pode ser aplicada sobre impostos e tributos, mensalidades escolares, mensalidade de clubes, associações e entidades sem fins lucrativos, contas de luz, água, telefone e esgoto.

A tablita para fevereiro é a que está ao lado. Na parte esquerda figuram os dias do mês e na direita os fatores de deflação correspondentes a cada dia.

Plano Collor 2 recebe apoio e crítica iguais

Desde o Plano Cruzado I, no primeiro ano do governo Sarney, em 1986, este é o quinto congelamento de preços e salários praticado no Brasil. O agora adotado pela equipe do Presidente Fernando Collor já recebeu o apelido de "tempestade no cerrado", numa alusão humorística à " tempestade no deserto", denominação da estratégia de guerra das forças aliadas no Golfo Pérsico.

A "tempestade no cerrado" deve, forçosamente no entendimento da ministra Zélia Cardoso de Mello, introduzir um período de bom tempo na econômia brasileira, pois, caso contrário, sobrevirá o vendaval da hiperinflação após o que restará apenas os destroços do edifício econômico nacional.

A ministra Zélia, antes tão segura do sucesso do plano de estabilização econômica em sua fase um, agora clama pelo bom senso das elites, dos trabalhadores, dos políticos, anunciado que vai procurar os políticos, empresários e sindicalistas para expor suas idéias e a lógica do Plano Collor II.

Para a ministra, o novo pacotaço representa o tudo ou nada. Se o tiro não acertar o alvo, é certo que Zélia Cardoso vai deixar o ministério da Econômia. Collor, não tenham dúvidas, não suportará má pontaria uma segunda vez. Valendo esta hipótese, Zélia tratará de cuidar de seus interesses particulares, administrando talvez com maior competência o orçamento individual. Mas e a sociedade combalida pelos sucessivos surtos inflacionários será que, desta vez, pode confiar na eficácia do medicamento econômico oferecido pela equipe da ministra?

"O que podemos dizer numa hora destas? Até agora foram feitos muitos planos e nenhum deu certo. Portanto, o mínimo que podemos fazer é aguardar resultados satisfatórios. Como os preços da nova tabela estão bastante altos, acredito que, mais uma vez, a população acabou sendo enganada". **(Lídia Augusto, dona-de-casa).**

"Não acredito na eficácia do novo plano. Acho que ele foi lançado muito rapidamente. O governo colocou-o sem consultar ninguém. O processo foi meio relâmpago. Com base nas tentativas anteriores, não posso acreditar em sucesso. Porém, seria muito bom se desta vez não fosse evidenciado um novo fracasso". **(Miguel Cyz, comerciante)**

"Eu acredito que o novo plano tem chances de dar certo. A idéia de tabelar os preços foi excelente, para que os comerciantes deixem de subir os preços todos os dias, como estava acontecendo. Um congelamento por seis meses é muito bom. Resta ver se ele chega até o fim". **(Pedro Sidoski, motorista).**

"A população brasileira está tão desiludida que já não sabemos mais o que pensar. Chances de dar certo, acredito que não existem mais. Perdemos a confiança e qualquer novo passo do governo torna-se difícil avaliar. A verdade é que os preços sobem assustadoramente todos os dias e, sem dúvida, são as classes mais baixas que estão sofrendo". **(Cleonice Rivabem, comerciante)**

"Acredito neste novo plano, como também acho que os outros não foram tão ruins assim. Tudo depende da maneira como cada um vive. Quem já estava afundando não tem mais jeito mesmo. Para os especuladores, a situação piorou bastante. A mim, particularmente, os planos não afetaram em nada. Não perdi e nem ganhei". **(Rubens Ribeiro, instutor da Guarda-Mirim).**

"Olha, de todas as mudanças pelas quais passamos, é nesta que eu estou levando mais fé. Acredito que se houver colaboração, principalmente dos mais poderosos, o plano tem tudo para dar certo. Só não concordo com a nova tabela, pois os preços estão muito altos". **(Maria Conceição de Andrade, aposentada).**

AUTO MECÂNICA BICHIBICHI
Especializada em Ford, Volks, Chevrolet e Fiat.
RODOVIA DO CAFÉ, KM 121,5 - FONE: 292-2535
CAMPO LARGO - PARANÁ

CELLI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
A sua melhor opção em materiais de construção e acabamento em Campo Largo.
Faça a melhor aplicação do momento.
Invista em sua construção.
RODOVIA DO CAFÉ. KM 23. Nº 2946 -
FONES 292-1874 e 292-1844

ACERVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CAMPO LARGO - PR